

Sociomuseologia: perspectivas de uma disciplina pretensamente decolonial

Sociomuseology: Perspectives of a Supposedly Decolonial Discipline

Enviado em: 19-03- 2024

Aceito em: 26-06-2024

Atila Tolentino¹

Resumo

Este trabalho tem como foco refletir sobre a concepção da Sociomuseologia como uma disciplina decolonial como propõem os pesquisadores Judite Primo e Mário Moutinho (2020, 2021), da Universidade Lusófona. Com embasamento em autores e autoras das teorias críticas decoloniais, como também em pensadores ligados às ciências sociais, Primo e Moutinho advogam que a Sociomuseologia é uma Escola de Pensamento decolonial pautada na pedagogia decolonial”, inspirada em Catherine Walsh, e numa “pedagogia da libertação”, calcada no pensamento de Paulo Freire, bem como é uma disciplina que reconhece o papel e a voz de grupos historicamente subalternizados ou marginalizados. Neste artigo, o debate é retomado de modo a repensar a Sociomuseologia à luz da realidade brasileira, contribuindo para que a disciplina se engaje, ainda mais, em seu posicionamento ético e político com a decolonialidade como uma utopia emancipatória (VERGÈS, 2023). Defende-se que, no Brasil, a Sociomuseologia se conforma a partir das redes difusas de museologia social e comunitária, como também a partir dos processos participativos de construção de políticas públicas para o campo dos museus. E ainda temos como desafio o enfrentamento aos nossos colonialismos internos no campo da Museologia.

Palavras-chave: Sociomuseologia, Museologia, museologia social, decolonialidade

Abstract

This work focuses on reflecting on the conception of Sociomuseology as a decolonial discipline as proposed by researchers Judite Primo and Mário Moutinho (2020, 2021), from the Universidade Lusófona. By basing themselves on authors of decolonial critical theories, as well as thinkers linked to the social sciences, Primo and Moutinho advocate that Sociomuseology is a decolonial School of Thought based on decolonial pedagogy”, inspired by Catherine Walsh, and a “pedagogy of liberation”, based on the thought of Paulo Freire, as well it is a discipline that recognizes the role and voice of historically subordinated or marginalized groups. In this article, the debate is resumed in order to rethink Sociomuseology in the light of the Brazilian reality, contributing to the discipline engaging even more in its ethical and political positioning with decoloniality

¹Graduado em Letras Português e especialista em gestão de políticas públicas de cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e Inovação do Serviço Público, com atuação no Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. E-mail: atilabt@gmail.com

as an emancipatory utopia (VERGÈS, 2023). It is argued that, in Brazil, Sociomuseology is shaped by the diffuse networks of social and community museology, as well as by the participatory processes of building public policies for the field of museums. And we still have the challenge of confronting our internal colonialisms in the field of Museology.

Keywords: Sociomuseology, Museology, social museology, decoloniality

Sociomuseologia: perspectivas de uma disciplina pretensamente decolonial²

No museu universal, identifico os eufemismos, as ausências, as frases que dissimulam, apagam e marginalizam, e admiro quadros. Foi durante essas visitas que tive a ideia do pós-museu, essa utopia emancipadora que despertaria sentidos, que deixaria sonho e imaginação voarem, e onde poderíamos nos entusiasmar com criações coletivas ou individuais, gestos e rituais que oferecem maneiras diferentes de apreender o mundo humano e não humano.

(Françoise Vergès, em *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*, 2023, p. 48)

1. Primeiras reflexões

Com uma escrita direta, contundente, sem meias palavras, como se estivesse virando uma mesa num momento de fúria, a ativista e cientista política Françoise Vergès, que tem Frantz Fanon como uma das principais bases de seu pensamento, destaca, em sua recente obra em que reflete sobre a necessidade de decolonizar o museu, que “a decolonização não será um jantar de gala” (VERGÈS, 2023, p. 65), eis que é um processo difícil que desafia as normas da decência burguesa e que não envolverá a pacificação com as elites. Entre tantas outras insurgências necessárias, aponta para um “programa de desordem absoluta”, cunhado por Fanon, que coloca em xeque uma determinada ordem instalada em nível global que mantém a exploração, a expropriação, a opressão e o racismo. Um exercício de ação decolonial, para

2As reflexões aqui trazidas têm por base a escrita de um subcapítulo da tese de doutoramento intitulada “A ferida colonial, os museus e as lutas no campo: insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas”, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (TOLENTINO, 2024). Para este trabalho, as reflexões foram ampliadas a fim de contribuir teoricamente com a conformação da Sociomuseologia enquanto disciplina e Escola de Pensamento.

Vergès, é o que ela chama de “utopias emancipatórias”, ou seja, alimentar e imaginar formas diferentes de viver nessa ordem instalada.

A ideia do “pós-museu” como uma utopia emancipadora, citada na epígrafe deste artigo, seria mais que uma contraposição ao “museu universal”, cujo modelo arvora-se como guardião do patrimônio da humanidade, pautado numa pretensa neutralidade, asséptico, produtor de verdades e de narrativas do passado inquestionáveis, que serviu de base para a formação de Estados-nação, numa ideia civilizatória ocidental e eurocentrada. Esse modelo por nós foi herdado no contexto das colonizações e pós-colonizações na América Latina, num jogo assimétrico de relações de forças e de “subdesenvolvimento” do Sul global, onde a expropriação e o extrativismo seguiam (e ainda seguem) a lógica da racionalidade capitalista. Portanto, pensar um “pós-museu”, para Vergès, é, primeiramente, reconhecer que o “museu universal” contribuiu para a manutenção das estruturas de poder que perpetuam as desigualdades de raça, classe e gênero engendradas pela colonização, pelo capitalismo e pelo imperialismo. Em paralelo, por meio de um programa de desordem absoluta comprometido com as lutas por dignidade, justiça social e pela vida, imaginar um “pós-museu” implica “ver o que já propõem os museus comunitários, os museus efêmeros, os coletivos de artistas e ativistas, e mergulhar nas estéticas anticoloniais, antifascistas, anti-imperialista, feministas, *queer* e indígenas. Não é fechar o futuro; muito pelo contrário, é abri-lo” (VERGÈS, 2023, p. 25).

Nesse sentido, Bruno Brulon Soares e Anna Leshchenko (2018) afirmam que, embora ainda de forma bastante tímida, práticas museológicas têm sido empreendidas no sentido de performar representações da realidade considerando outras perspectivas não eurocentradas, a exemplo de exposições que têm incorporado a participação de povos originários no seu processo de planejamento e concepção. Também reconhecem o papel do Movimento Internacional para uma Nova Museologia – Minom³ e as variadas invenções de

30 Movimento Internacional para a Nova Museologia – Minom tem forte influência de dois importantes encontros para o campo da museologia: IX Conferência Internacional do Conselho Internacional de Museus – Icom, em Grenoble, na França, em 1971; e a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, de 1972. Este último, sobretudo, tornou-se um símbolo da ruptura com uma “museologia tradicional”. Ao longo dos anos, o Minom tem promovido diversos encontros para debater os caminhos e o papel da Nova Museologia, a exemplo da sua Assembleia Ordinária,

ecomuseus e congêneres em diferentes localidades, que têm contribuído para disseminar a ideia de que o museu tem sido e precisa ser decolonizado.

No entanto, esses pesquisadores colocam em questão até que ponto a Museologia, enquanto disciplina, tem acompanhado o museu, enquanto instituição, em seu processo de decolonização. Ao pautar-se nas pesquisas e trabalhos publicados nos principais periódicos em nível internacional da área, considerando as referências teóricas e os autores citados, Brulon Soares e Leshchenko concluem que a Museologia segue sendo concebida e ensinada reproduzindo as matrizes de poder colonial ocidental. A efervescente produção latino-americana e até mesmo da Europa oriental, berço da teoria museológica, é marginalizada ou invisibilizada nos periódicos pesquisados, reforçando a colonialidade do poder e do saber no campo da Museologia.

Considerar a museologia como “pós-colonial” ou como uma ciência social decolonizada passa por desvendar os seus centros de poder, identificando as suas próprias formas de colonialidade. Usada tanto como um conjunto de prescrições para a prática museal quanto como uma disciplina reflexiva, a museologia nos dias atuais está em conflito com sua própria finalidade fundadora e precisa ser repensada criticamente para se atualizar” (SOARES; LESHCHENKO, 2018, p. 64, tradução livre do autor)⁴

Portanto, os desafios são inúmeros quando vislumbramos o campo dos museus e da Museologia numa perspectiva decolonial. Primeiramente, apesar da existência de experiências decoloniais na atuação de determinados processos museais atualmente, em sua gênese os museus foram instituições conformadas como aparatos dos processos de colonização. Em paralelo, como demonstram Brulon Soares e Leshchenko, o pensamento hegemonicamente reconhecido na área tem reproduzido as matrizes fundantes da colonialidade

ocorrida em 2022, evocando os 50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, e a mais recente Conferência Internacional, ocorrida entre os dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, na cidade de Catânia, na Itália. Entre suas premissas, o Minom defende uma museologia ativa, interativa e preocupada com a mudança social. Tem buscado descortinar o fazer museal e a museologia, teórica e metodologicamente, aproximando-se do que concebe como museologia social e Sociomuseologia (ver TOLENTINO, 2016 e portal do Minom-Portugal – <https://www.minom-portugal.org> – Acesso em 28/02/2024).

4 “Considering museology as “postcolonial” or as a decolonised social Science involves unveiling its power centres, identifying its own forms of coloniality. Used both as a set of prescriptions for museum practice and as a reflexive discipline, museology in the present day is in conflict with its own founding purpose and needs to be critically reconsidered to be up-to-date”.

do saber, do poder e do ser⁵, e conseqüentemente tem renovado, com roupagem científica, a colonialidade na Museologia enquanto disciplina ou ciência aplicada.

Quando trazemos esse debate para o campo específico da Sociomuseologia, é preciso considerar que esta, de forma diferente, pretensamente se arvora como insurgente e epistemicamente desobediente no sentido como nos ensina o semiólogo argentino Walter Mignolo⁶ (PRIMO; MOUTINHO, 2021), de modo a romper com o padrão normativo da colonialidade, que controla e hierarquiza saberes e corpos. Portanto, diferentemente da Museologia, a Sociomuseologia apresenta-se com o compromisso ético e político de instituir-se como decolonial em suas bases conceituais e em sua *práxis*. Ouso acrescentar, ainda, que essa seria uma de suas utopias emancipatórias, para usar a expressão de Vergès.

Antes, porém, é necessário reafirmar, sem aprofundar a reflexão já feita em outro momento (TOLENTINO, 2016), que a Sociomuseologia, configurada como uma área disciplinar, abrange questões que envolvem o campo da museologia social, como também reflete sobre a atuação dos museus de uma forma geral, isto é, podem ser objeto de estudo e reflexão da

5Ao descortinar a face oculta da modernidade, o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009) aprofunda o conceito de “colonialidade do poder”, formando uma tríade com a colonialidade do ser e do saber, que tem sido um marco de classificação social. Para ele, a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista que se sustenta na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo. Acrescenta-se que, para Quijano, a colonialidade do poder vai além das relações de trabalho e dos meios de produção, que são o foco do materialismo histórico de Karl Marx. Os marcadores sociais de raça/etnia convertem-se num mecanismo de expansão do eurocentrismo e do seu padrão de poder e isso é sintomático no contexto da América Latina. Nas relações de poder são utilizados determinados atributos que favorecem uma certa classificação social das pessoas: sexo, idade, força de trabalho. Na América Latina, um outro atributo foi acrescentado: o fenótipo da pele. A racialização, como um mecanismo subjetivo, que se enraíza nas relações sociais e nas classificações sociais criadas, é um dos princípios das relações de poder que dá sustentação a esse sistema-mundo colonial eurocentrado e ocidentalizado.

6Walter Mignolo nos explica que a opção descolonial epistêmica “se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008, p. 290). Essa desvinculação não significa o abandono por completo do conhecimento produzido, no entanto defende ser necessário substituir a geopolítica de Estado do conhecimento fundamentado na história imperial do Ocidente pela geopolítica de Estado de pessoas, povos, línguas, religiões e conceitos sócio-políticos que foram racializados pelo processo de colonização. Como consequência, “a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender* ...”, já que nossos ... cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 290 – grifos originais).

Sociomuseologia tanto as “museologias indisciplinadas” como as “museologias colonizadoras e colonizadas” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014), e suas respectivas práticas. Ela não se confunde com a museologia social em si, compreendida como prática museológica que tem como pressupostos uma museologia que desloca seu foco do objeto para as pessoas, considerando-as como sujeitos produtores de suas referências culturais, e uma museologia engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades e do território onde o museu está inserido. De qualquer forma, uma se nutre da outra, emaranhadas em suas linhas tênues, o que faz com que determinados autores considerem a Sociomuseologia e a museologia social de forma indistintas ou mesmo como sinônimas (CHAGAS; GOUVEIA, 2014; SIQUEIRA, 2019).

Ao avançar o debate, este trabalho procura refletir e, até certo ponto, problematizar a concepção da Sociomuseologia como uma disciplina decolonial como propõem os pesquisadores Judite Primo e Mário Moutinho (2020, 2021), em recente trabalho publicado pela Universidade Lusófona. Primo e Moutinho são pesquisadores que, de longa data, investigam o campo de atuação dos museus e suas reflexões e atuações buscam conformar a Sociomuseologia como disciplina e como uma Escola de Pensamento. Na Universidade Lusófona, eles criaram e coordenam um curso de pós-graduação em Sociomuseologia, em nível de mestrado e doutorado, e onde também desenvolvem investigações associadas à Cátedra Educação, Cidadania e Diversidade Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, como um programa de formação e extensão universitária. A professora e museóloga Cristina Bruno (2021) corrobora com esse pensamento, reconhecendo as interlocuções da Universidade Lusófona para o delineamento da Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento, sobretudo por alinhar teoria e prática museológicas como indissociáveis, bem como ensino e pesquisa na construção do conhecimento.

Para construir suas argumentações, Primo e Moutinho se pautam em autores e autoras das teorias críticas decoloniais⁷, como também em

⁷ Opto por utilizar o termo “teorias críticas decoloniais” de forma ampla, como sugerem Medeiros e Lira (2020), por incluir a diversidade de pensamentos e perspectivas de autores e

pensadores ligados às Ciências Sociais, de uma forma interdisciplinar. Retomar esse debate se torna importante para repensarmos a Sociomuseologia à luz da realidade brasileira e contribuir para que a disciplina se engaje, ainda mais, como uma utopia emancipatória, em seu posicionamento ético e político com a decolonialidade.

2. Sociomuseologia: compromisso ético-político de uma Escola de Pensamento não neutra

Judite Primo e Mário Moutinho (2020) sustentam que a Sociomuseologia, dentro das ciências sociais, se reconhece como uma nova área disciplinar, portanto ainda em conformação. Ela visa esclarecer e impulsionar novos fazeres museológicos ao serviço do desenvolvimento, este pensado de forma ampla, a fim de atender os grupos e comunidades do território onde o museu está integrado, reconhecendo suas demandas e problemas sociais. A museologia social, por sua vez, configura-se como uma prática da museologia de inspiração comunitária com suas diferentes formas inventivas. De forma mais objetiva, os autores defendem que a Sociomuseologia

deve ser compreendida como uma abordagem multidisciplinar do fazer e do pensar da museologia, entendida como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica, tendo por base a interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento (PRIMO; MOUTINHO, 2020, p. 25).

Como já apontado, esses autores têm produzido uma reflexão teórica acerca da Sociomuseologia já há bastante tempo, desde pelo menos os anos 1990, com vistas a conformá-la como área disciplinar, demonstrando como suas bases teóricas se alimentam sobretudo das Ciências Sociais e de seus principais teóricos. Mas é principalmente nas suas reflexões mais recentes em que o debate tem se aprofundado sobre a relação e o compromisso ético-

autoras (decoloniais, descoloniais, pós-coloniais, contracoloniais, entre outros), que refutam a ideia de uma única modernidade, eurocentrada, universal e universalizante, e assumem uma pluralidade epistemológica na construção do conhecimento e nas formas de ser e estar no mundo, para além de uma perspectiva geolocalizada no Norte global.

político da Sociomuseologia com a perspectiva decolonial (PRIMO; MOUTINHO, 2020, 2021). Nessa esteira, Primo e Moutinho (2021) explanam que os “sociomuseus”, entendendo-os como aqueles que têm como prioridade o seu papel social, e os profissionais que neles atuam, têm buscado desconstruir as bases das matrizes de poderes e de saberes instituídos, ancorando-se em desobediências epistêmicas, insurgências e valorização de saberes outros nos processos de patrimonialização e musealização.

Ao pautar-se numa “pedagogia decolonial”, inspirada em Catherine Walsh, e numa “pedagogia da libertação”, calcada no pensamento de Paulo Freire, Primo e Moutinho (2021) advogam a Sociomuseologia como uma “Escola de Pensamento Decolonial”, que atua reconhecendo o papel e a voz dos grupos historicamente subalternizados ou marginalizados.

Cumprе compreender, nesse sentido, que o efetivo estímulo da participação social e uma escuta qualificada dos sujeitos que vivem e dão significados às suas próprias referências culturais e ao seu patrimônio cultural musealizado vão na contramão das matrizes de poder que estruturam a colonialidade, por meio tanto da força política, militar e econômica (hoje revestida no Neoliberalismo), como também epistêmica do colonialismo e do capitalismo modernos, subalternizando ou invisibilizando outros saberes, conhecimentos e cosmovisões de grupos sociais historicamente estigmatizados.

Em diálogo com essa postura ético-política, o pesquisador e sociólogo João Arriscado Nunes (2009) defende a emergência de um “pensamento pós-abissal” como um pensamento alternativo de alternativas, ou seja, que reconhece a dignidade e a validade de distintos saberes, como os saberes produzidos no Sul global, bem como que todos os saberes se equivalem, eis que o conhecimento é muito mais amplo do que a epistemologia hegemônica convencional, ocidental, positiva e eurocentrada. Portanto, de um lado, nenhum saber pode ser desqualificado e, de outro, nenhum saber pode ser naturalizado, embora as matrizes de poder que estão subjacentes ao poder hegemônico da ciência moderna procurem padronizá-la como o único saber existente e aceitável. Assim, ao demonstrar e denunciar que a colonialidade é

um padrão específico do poder capitalista, autores e autoras das teorias críticas decoloniais têm procurado desvelar como a teoria social invisibilizou formas subalternas de pensar o mundo, desconsiderando outras possibilidades epistêmicas. Como assevera Arriscado Nunes:

A epistemologia do Sul aparece como uma refundação radical da relação entre o epistemológico, o ontológico e o ético-político a partir, não de uma reflexão centrada na ciência, mas em práticas, experiências e saberes que definem os limites e as condições em que um dado modo de conhecimento pode ser 'traduzido' ou apropriado em novas circunstâncias, sem a pretensão de se constituir em saber universal (NUNES, 2009, p. 236-237).

Em uma perspectiva bastante semelhante, em sua atuação e em diferentes estudos, o pensamento de Paulo Freire já nos apontava que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 1996, p. 30), portanto a outros saberes além daqueles que detêm o poder hegemônico, seja ele o simbólico, político ou econômico, nas diferentes teias que marcam as relações entre os indivíduos, hierarquizando conhecimentos e, conseqüentemente, corpos. Freire continua nos ensinando, na sua *Pedagogia da autonomia*, que “se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles” (FREIRE, 1996, p. 113).

A Sociomuseologia, na condição de uma Escola de Pensamento Decolonial, alinha o pensamento construído a uma *práxis*, como um engajamento ético-político, comprometida com o reconhecimento das diferentes apropriações do fazer museal de grupos sociais historicamente alijados dos processos e políticas voltados para a preservação da memória coletiva. Ao assumir-se decolonial, parte da condição evocada por Catherine Walsh (2018), reconhecendo que a decolonialidade não é uma condição estática ou um atributo individual, mas, antes de tudo, assumindo radicalmente as diversas perspectivas que deslocam uma determinada racionalidade ocidental como a única estrutura possível de existência, análise e produção de conhecimento.

Avançando ainda mais, Primo e Moutinho apontam que

Um dos desafios da Sociomuseologia, assumindo-se como uma Escola de Pensamento decolonial, insurgente e conectada com as problemáticas humanas e patrimoniais da contemporaneidade, é o de construir e alimentar espaços de reflexão e de práticas reparadoras, que nos permita a contínua leitura crítica do mundo em que vivemos e um posicionamento histórico-político consciente da colonialidade do poder, do saber e do ser que estrutura a matriz do sistema do poder global. A contemporaneidade exige à Sociomuseologia o reconhecimento que seu posicionamento na sociedade não é neutro, que a construção de narrativas e leitura do mundo através dos objetos herdados é um exercício político, é uma expressão de poder (PRIMO; MOUTINHO, 2021, p. 36).

Nessa fala, está clara a influência do pensamento de Paulo Freire, que, a todo momento nos mostra a importância da leitura crítica e reflexiva do mundo para a emancipação dos sujeitos, como também que o ato de educar, a produção de conhecimento e as palavras jamais são neutros. Não é à toa que ele escreve o livro “Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar” (FREIRE, 1994) como se estivesse se dirigindo diretamente às professoras. Nessa obra há um claro recorte de gênero, considerando que as mulheres são a esmagadora maioria quando pensamos na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Na assunção do termo “professora” (a profissional que tem um compromisso ético e político) em vez de “tia” (aquela que desenvolve seu ofício de forma servil e apenas por vocação), o autor aponta que, na oposição entre essas palavras, são escamoteadas relações de poder que visam manter determinados estratos de dominação de um grupo social sobre outros.

Da mesma forma que as palavras não são neutras, a Sociomuseologia, enquanto escola de pensamento, reconhece que tanto a memória, como o patrimônio e os museus não são neutros. Pelo contrário, não há patrimônios inocentes, não há museus inocentes. Todos eles são politizados e ideologicamente demarcados, por mais pretensamente neutros que pretendam apresentar-se. Afinal, toda memória coletiva é também sempre parcial e ideológica, pois ela só se constitui pela seleção, em que há uma relação direta no jogo entre recordar e esquecer. Por isso, ela institucionaliza poderes e representa o poder daqueles que selecionam em nome dos outros. Quando elegemos algo como patrimônio ou musealizamos determinados bens ou

referências culturais, temos a consciência de que deixamos de lado outras escolhas. Assim, a conformação de memórias coletivas por meio dos museus é, sobretudo, mais esquecimentos do que lembranças num jogo constituído de relações de poderes, muitas vezes assimétricos. Paul Ricoeur, como um grande pensador da memória social e de sua relação com a História, nos adverte que “a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função da narrativa”, operando como discurso justificador do poder e da dominação, eis que é “a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento quando da rememoração” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Portanto, atuar no campo dos museus e do patrimônio cultural implica estar inserido numa arena dos conflitos inerentes à conformação das memórias coletivas e das disputas nelas envolvidas entre os diferentes sujeitos e grupos sociais. Para isso, a Sociomuseologia, enquanto Escola de Pensamento decolonial, visa, entre outras coisas, desvelar e refletir sobre as ideologias subjacentes aos patrimônios culturais musealizados, seja em museus de base comunitária, como também naqueles hegemonicamente reconhecidos ou mantidos pelo poder público ou por grandes empresas da indústria cultural. É também premissa dessa escola de pensamento descortinar quando a musealização e a patrimonialização de bens reforçam ou reproduzem as diferentes injustiças sociais e as relações de dominação estruturalmente impregnadas na nossa sociedade, ou seja, as nossas “feridas coloniais” (MIGNOLO, 2007) decorrentes das matrizes fundantes da colonialidade. E, se estamos falando em compromisso ético e político, reconhecer a função social da Sociomuseologia compreende assumir a tarefa evocada por Paulo Freire em sua *Pedagogia do Oprimido*, no sentido de que “transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens [e das mulheres]” (FREIRE, 1970, p. 39).

3. Sociomuseologia e Sociologia Pública: diálogos, redes e cruzamentos à luz da realidade brasileira

Importante também nesse debate é a relação que Primo e Moutinho (2020) tecem entre a Sociomuseologia e a Sociologia Pública. Ao refletirem sobre os referenciais teóricos que conformam a Sociomuseologia como uma disciplina ou Escola de Pensamento, discorrem como os autores clássicos e contemporâneos da Sociologia embasam e alimentam a Sociomuseologia, com sua abordagem multidisciplinar, que “visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica” (MOUTINHO, 2014, p. 423). Entre os pensadores contemporâneos, destacam o sociólogo americano Michael Burawoy, conhecido por defender a tradição da sociologia pública, compreendendo-a como uma prática científica que se orienta pela comunicação reflexiva e, sobretudo, democrática entre os sociólogos em sua atuação com os diferentes públicos. Grosso modo, para Burawoy, dentro da divisão do trabalho sociológico, a Sociologia Pública difere-se da Sociologia Profissional, que se destina a analisar e resolver problemas científicos em ambientes acadêmicos institucionalizados, isto é, dentro de centros universitários, a partir de uma produção teórica e meramente acadêmica (PERLATTO; MAIA, 2012).

Primo e Moutinho explicam que a Sociologia Pública e a Sociologia Profissional são antagonicamente interdependentes, assim como seria a Sociomuseologia com uma determinada museologia profissional. A diferença reside no fato de a teoria museológica, durante muito tempo, quase sempre ter se centrado no museu enquanto instituição e pouco se ateu aos aspectos sociais e aos contextos sócio-históricos que conformavam a sua prática. Por outro lado, entendem que “as grandes problemáticas da sociologia, do trabalho, das instituições e tantas outras construíram e constroem um lastro no qual tanto a sociologia pública como a Sociomuseologia se retroalimentam” (PRIMO; MOUTINHO, 2020, p. 31). Mais adiante, afirmam que tanto a Sociologia Pública como a Sociomuseologia “têm em comum um mesmo objectivo que é de certa forma desguetizar as duas áreas da reflexão que se

sustentam e alimentam inevitavelmente entre si: Sociologia e Museologia” (PRIMO; MOUTINHO, 2020, p. 32).

Embora seja importante, didática e metodologicamente, tomar os preceitos da Sociologia Pública para a conformação da Sociomuseologia que desguetiza o pensamento no campo da Museologia, como propõem Primo e Moutinho, é preciso ater-se às problemáticas de se conceber a Sociologia Pública nos termos como pensa M. Burawoy ao contexto brasileiro. Em outros termos, não podemos correr o risco de utilizarmos ilustrações do pensamento sociológico de centros hegemônicos sem levar em conta a realidade e os caminhos da construção do pensamento social no Brasil, muitas vezes considerado periférico na geopolítica do conhecimento.

Um acurado trabalho nesse sentido é o realizado pelos sociólogos Fernando Perlatto e João Marcelo Maia (2012), que questionam a contraposição entre Sociologia Profissional e Sociologia Pública construída por Burawoy, mas, sobretudo, demonstram como o caso brasileiro, tido como periférico, ilustra outra articulação entre a Sociologia e sua relação com a vida pública. Para construir sua argumentação, Perlatto e Maia assumem as assimetrias existentes na produção de conhecimento entre o chamado Sul Global e os centros hegemônicos, combatidas pelas teorias críticas decoloniais, que fazem com que categorias sociológicas pensadas e construídas a partir dos “centros” sejam consumidas pela “periferia”. Assim, defendem que

Pensar teoricamente, portanto, a noção de sociologia pública a partir de experiência histórica do Sul, qual seja, a brasileira, implica esforço de problematização desta noção, não no sentido de abandoná-la, mas com o intuito de ampliar criticamente seu escopo analítico (PERLATTO; MAIA, 2012, p. 101).

A grande argumentação dos autores é que a Sociologia Profissional, no contexto brasileiro, não é um empreendimento tão autocentrado, como concebe Burawoy, nem se configura como um esquema divisório tão rígido do trabalho sociológico. Pelo contrário, o pensamento social clássico e a sociologia institucionalizada permitiram a consolidação de uma Sociologia Profissional no Brasil, fortalecida sobretudo a partir da década de 1960, mesmo considerando, por mais contraditório que possa ser, o período de fechamento

político que vivenciávamos nessa época. Ao evocar os trabalhos desenvolvidos por reconhecidos cientistas sociais, a exemplo de Lygia Sigaud, José de Souza Martins, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Marilena Chauí, entre outros, Perlatto e Maia demonstram como houve uma produção acadêmica sofisticada e profissional, comprometida e articulada com públicos subalternos e com a produção de uma Sociologia Pública e crítica.

Um outro elemento à realidade brasileira é agregado na análise de Perlatto e Maia, que também nos serve para pensarmos sobre o campo específico da Sociomuseologia, ou seja, a ideia de “rede”. A ideia de rede, como concebida por Perlatto e Maia, ultrapassa o horizonte de “sociedade civil” e do adjetivo “público” que acompanha a Sociologia no discurso de M. Burawoy. Os pesquisadores brasileiros explicam que a Sociologia no Brasil conseguiu produzir redes agregadoras de ativistas, cientistas e gestores públicos em temas diversos da agenda social:

A ideia de redes talvez seja mais eficaz para dar conta não apenas das reconfigurações do que seja o público, mas também do próprio processo de ativação de sujeitos coletivos por intermédio da ciência social e/ou da dinâmica estatal, esta última desconsiderada por Burawoy (PERLATTO; MAIA, 2012, p. 107).

Uma rede difusa e ao mesmo tempo agregadora também tem sido basilar para a conformação da Sociomuseologia enquanto Escola de Pensamento, de uma forma mais ampla, e enquanto uma linha de pensamento decolonial, em períodos mais recentes, como advogam Primo e Moutinho. Partimos de uma Museologia ainda hoje fortemente marcada por um pensamento eurocentrado, como demonstram Brulon Soares e Leshchenko (2008), mas retroalimentada por conhecimentos pautados num fazer museal focado em práticas sociais comunitárias, subalternas e insurgentes, com a participação ativa de diferentes atores e instituições. E é sobretudo desse chão, desse fazer insurgente e de museologias insubmissas e descentradas que a Sociomuseologia se nutre e, paradoxalmente, se institucionaliza como decolonial.

Em paralelo, nas últimas décadas, experiências de construções coletivas de políticas e agendas públicas voltadas para o campo dos museus no Brasil

também têm sido fundamentais para fomentar e oxigenar o pensamento social voltado para o campo dos museus. Não é à toa que Primo e Moutinho (2020) retomam os valores patentes na Política Nacional de Museus - PNM, instituída no Brasil por meio de um grande processo democrático, a partir de 2003, iniciado na primeira gestão do músico e compositor Gilberto Gil no Ministério da Cultura, como essenciais ao campo de atuação multifacetado da Sociomuseologia.

Além da PNM, outras políticas e programas posteriores seguiram a tônica da participação ativa dos diferentes atores sociais, em articulação com o poder público, na sua construção e implementação. São os casos, por exemplo, das Política Nacional de Educação Museal – PNEM e do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM. Seguindo o *modus operandi* da construção da PNM e com essa experiência já consolidada, a PNEM recebeu contribuições de profissionais, estudantes e pesquisadores de todo território nacional em fóruns de discussões virtuais e presenciais, consolidando, primeiramente, um documento preliminar, e, posteriormente, oficializando-se como uma agenda pública e como uma política encabeçada pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. O PNSM, por sua vez, configura-se como um plano decenal que coloca em prática diretrizes e estratégias para a implementação da política pública voltada para o campo dos museus no país. Sua construção decorre de uma ampla participação, descentralizada em nível nacional, em que são recebidas as demandas do setor advindas dos Estados e das diferentes regiões do país. Não são processos plenamente consensuais, entretanto se compreende que as disputas e conflitos fazem parte da construção das políticas e que elas, por meio das redes constituídas, também retroalimentam o campo museal no seu saber-fazer cotidiano e arregimentam o pensamento teórico e acadêmico.

A constituição das redes da sociedade civil nas diferentes linhas e atuações dos museus, institucionalizadas ou não, também têm demonstrado sua potência e capacidade de articulação. Implica considerar que várias delas são autogestionadas e não têm, necessariamente, atuação direta com o poder público em todas as suas atividades, embora demandem agendas políticas e

sirvam como um termômetro de controle social sobre a atuação e responsabilização do Estado. Além disso, essas redes se organizam para a realização de trabalhos conjuntos ou mesmo perfilam a construção do conhecimento no campo dos museus. Exemplos são as inúmeras redes de educadores em museus, existentes em vários Estados e que constituíram uma rede nacional, como também as redes de museus indígenas ou de museologia social⁸.

Nesse mesmo caminho, a tese de Marcele Pereira (2018), ao ter como objeto de análise a atuação do Programa Pontos de Memória, coordenado pelo Ibram, demonstra como uma iniciativa governamental articulada com setores da sociedade civil, no âmbito da PNM, foi importante para a valorização do protagonismo de grupos e comunidades gestoras de seus próprios espaços de memória por meio de práticas museais decolonizadoras. O objetivo principal do Programa Pontos de Memória é apoiar ações de memória e práticas de museologia social em comunidades populares, abrangendo diferentes grupos étnicos-culturais, como quilombolas, indígenas, periferias urbanas, comunidades rurais, entre outros, considerando a diversidade de formatos, estéticas e tipologias de experiências. O foco recai em grupos historicamente marginalizados ou invisibilizados, cujas experiências de museologia social e comunitária são importantes nos processos de constituição de uma memória nacional plural e diversificada.

Em tese, uma museologia insurgente ou indisciplinada é a tônica nas práticas dos museus de base comunitária, como as descritas por Marcele Pereira (2018), que atrelam lutas sociais ao trabalho de afirmação de identidades culturais de grupos sociais subalternizados, na conformação de suas memórias coletivas. O seu estudo é importante por demonstrar como as redes de articulações que geraram e constituíram pontos de memória, envolvendo a sociedade civil, poder público e mais especificamente grupos sociais subalternizados, retroalimentam tanto as agendas públicas, como a

⁸Para ilustrar, podemos citar a forte atuação da Rede Indígena de Memória e Museologia Social, a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e a Rede de Memória e Museologia Social de São Paulo.

Sociomuseologia enquanto disciplina ou Escola de Pensamento. Sua defesa é ainda mais consistente na afirmação de que os pontos de memória, concebidos como processos museais, pautam-se em práticas decolonizadoras e insurgentes que colocam em xeque o *status quo* de uma museologia e de uma prática museal normativa, colonizante e colonizadora. Todo esse processo exerce, por meio das insurgências e da desobediência epistêmica, influências nos pressupostos teóricos da Sociomuseologia atrelada a teorias críticas decoloniais.

4. Reflexões finais ou ousadias necessárias

Walter D. Mignolo (2008), ao defender a desobediência epistêmica, afirma que o pensamento descolonial está atrelado ao fazer descolonial, eis que nessa forma de produzir conhecimento não impera a distinção moderna positivista e eurocentrada entre teoria e prática. Como reforça a pesquisadora e ativista Silvia Cusicanqui, “as pessoas do chão produzem pensamento crítico por meio de sua própria prática, incluindo a produção oral e corporal de significados, que se comunicam fluidamente em redes cada vez mais extensas e difusas⁹” (CUSICANQUI, 2018, p. 101, tradução livre do autor).

Com cosmovisões diversas e saberes e conhecimentos produzidos “no chão”, expressões de uma museologia insurgente e indisciplinada são refletidas em distintas experiências de processos museais comunitários, como os museus de território, quilombolas, de favelas, de terreiro, periferias urbanas, indígenas, *queer*, rurais, entre tantas outras concebidas, pensadas e geridas pelos próprios grupos e comunidades. Entretanto, precisamos lembrar que também existem práticas de museologia social desenvolvidas por instituições museológicas tradicionalmente constituídas ou vinculadas ao poder público. O importante é que essas experiências, que retroalimentam a Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento ético-politicamente decolonial, partem de uma museologia comprometida com as lutas sociais dos grupos, coletivos e

9 “En Bolivia, como en otras partes, la gente de a pie produce pensamiento crítico a través de su propia práctica, y esto incluye la producción oral y corporal de significados, que se comunican fluidamente en redes cada vez más extensas y difusas”.

comunidades onde os museus estão inseridos e com os valores socialmente construídos e partilhados em seus territórios. Assim, a participação ativa das pessoas no fazer museal e nos processos de musealização está emaranhada à luta por justiça social em suas diversas faces. Portanto o museu serve como instrumento de mobilização social e de defesa da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, de uma forma integral.

No Brasil, um outro ponto merece ser levado em consideração ao aventarmos a Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento decolonial: é preciso enfrentarmos os nossos “colonialismos internos” (MARTINS, 2018), que se refletem na Museologia, de uma forma geral, e mesmo na Sociomuseologia enquanto disciplinas, teorias ou ciências em conformação. Essa crítica, que também me serve como uma autocrítica, aponta para o sentido de reconhecer que temos uma geopolítica interna que privilegia a produção do conhecimento e de práticas museológicas dos grandes centros urbanos focados no centro-sul do país.

Na contramão das nossas colonialidades internas museais, há uma força propulsora de conhecimentos e práticas produzidos totalmente fora desses eixos centrais, em que memórias sociais coletivas são configuradas atreladas a lutas sociais e identidades culturais politicamente demarcadas. Trabalhos como o de Silva Pantoja (2022), mulher negra, nortista da Amazônia paraense, precisam ter o relevante destaque tendo em vista que a localização territorial onde foi produzida é igualmente importante. Pautada em epistemologias de pensamentos feministas negros, a exemplo de Lélia Gonzales, Pantoja apresenta uma reflexão contumaz sobre a imagem de mulheres negras nos museus, a partir da experiência de exposições no Museu de Arte de Belém. Cito também a pesquisa do professor e pesquisador Suzenilson da Silva Santos (Suzenilson Kanindé) (2021), em cujo trabalho a cosmovisão de seu povo Kanindé é fundamental para repensarmos os processos de musealização ocidentalizados a que estamos acostumados no nosso pensar e no nosso fazer museal. Suzenilson demonstra como as experiências no campo da musealização das memórias de seu povo atrelam-se a cosmovisões diversas

em relação a autorrepresentação, educação, resistências, lutas e envolvimento com o território.

É claro que os exemplos que trago são ilustrativos e aos quais cheguei nas fissuras possíveis dentro de uma geopolítica interna hegemônica do conhecimento. Mas são trabalhos que representam a sistematização de práticas museais insurgentes e indisciplinadas em pesquisas acadêmicas ligadas à Sociomuseologia, demonstrando como o conhecimento produzido no chão pode ser teórico e metodologicamente ordenado, sem abrir mão dos seus compromissos éticos e políticos contra um sistema colonizante e opressor, que se ancora em questões raciais, sociais e de gênero, típicas da América Latina e do Brasil, para firmar a sua matriz de poder.

Nas correlações de força, geralmente assimétricas, que mantêm uma geopolítica do conhecimento eurocentrada e colonizadora, pensar a Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento decolonial segue sendo uma utopia emancipatória. As redes difusas ou organizadas de museologia social e comunitária, de educadores e profissionais engajados, de políticas públicas para o campo construídas e implementadas por meio da participação ativa dos atores sociais, e o reconhecimento de que todo e qualquer conhecimento produzido não é neutro, mas pelo contrário, deve-se afirmar ideologicamente demarcado, precisam ser explicitados e são elementos essenciais para a conformação da Sociomuseologia. Em nosso país, o desafio de se encarar nossos colonialismos internos no campo da Museologia assenta-se em mais uma insurgência necessária, como postura contra-hegemônica às estruturas de poder colonizantes, que devemos ousar em nossas pesquisas e nos nossos conhecimentos construídos no chão e na academia.

Referências

BRUNO, Maria C. O. Sinergias e enfrentamentos: as rotas percorridas que aproximam a Museologia da Sociomuseologia. *In* PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (eds). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, ULHT, 2021.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do Ceom**. Museologia Social, Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, p. 9-22, 2014.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Un mundo ch'ixi es posible**: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo/SP: Olho D'água, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINS, Paulo Henrique. La actualidad de la Teoría del colonialismo interno para el debate sobre la dominación y los conflictos inter-étnicos. *In* BIALAKOWSKY, Alberto et al (comp.). **Encrujadas abiertas**: América Latina y el Caribe. Sociedad y pensamiento crítico Abya Yala (Tomo II). Buenos Aires: CEFIS-AAS, 2018. p. 311-334

MEDEIROS, Rogério de Souza; LIRA, Bruno. F. F. Andrade. **A leitura do par privilégio/opressão no contexto pandêmico pelas teorias críticas decoloniais**: uma proposta metodológica a partir do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém: UFPA, 2020.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MOUTINHO, Mário C. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. *Cadernos do Ceom. Museologia Social*, Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, p. 423-427, 2014.

NUNES, João Arriscado. O Resgate da Epistemologia. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009, p.215-242.

PANTOJA, Silvia R. de Souza. **Mulheres negras visualizadas e ignoradas**: uma análise de narrativas expográficas no Museu de Arte de Belém (MABE). Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museologia decolonial**: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal. Tese (Doutorado em

Sociomuseologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona, Lisboa, 2018.

PERLATTO, Fernando; MAIA, João Marcelo. Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. **Lua Nova**, nr. 87, São Paulo, p. 83-112, 2012.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Referências teóricas da Sociomuseologia. *In* PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (eds). **Introdução à Sociomuseologia**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, ULHT, 2020.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Sociomuseologia e decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo. *In* PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (eds). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, ULHT, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina / CES, 2009, pp. 73-117.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Suzenilson da Silva. **Um museu indígena como estratégia interdisciplinar de formação entre os Kanindé no Ceará**. Dissertação (Mestrado em Humanidades) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2021.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. **A educação museal na perspectiva da sociomuseologia**: proposta para uma cartografia de um campo em formação. Tese (Doutorado em Sociomuseologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona, Lisboa: 2019.

SOARES, Bruno B.; LESHCHENKO, Anna. Museology in colonial contexts. A call for decolonisation of museum theory. **Icofom study series**, n. 46, p. 61-79, 2018.

TOLENTINO, Átila B. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 52, n. 8, p. 21-44, jun. 2016.

TOLENTINO, Átila B. **A ferida colonial, os museus e as lutas no campo**: insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. tese (doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**: Programa de desordem absoluta. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

WALSH, Catherine. Decolonialisti in/as praxis. *In* MIGNOLO, W.; WALSH, Catherine. **On decoloniality**: concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Presss, 2018, p. 15-104.